# A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Poliane de Lima Vaz da Costa[1]
Antonio Alves Ferreira[2]

## 1 INTRODUÇÃO

Debates em torno da valorização docente consistem em um processo histórico. É com a expansão do ensino público que buscou-se investimento e melhoria da qualidade na educação pública. Nesse sentido, ao discutirmos sobre a educação pública de qualidade, de direitos e para todos, é importante refletirmos sobre a valorização profissional dos professores, em especial, da Educação Infantil, pautada nos marcos legais, dentre eles, a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 206 determina sobre a valorização dos profissionais de ensino (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição Federal, a Lei nº. 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 67, reafirma os princípios constitucionais (BRASIL, 1996). Além disso, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) proporcionou novos olhares para os profissionais das Educação Infantil (BRASIL, 2020). E por fim , o novo Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014), estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira, que abrange a valorização dos professores e Educação Infantil.

Assim, pretendemos, com esta pesquisa, responder o seguinte questionamento: O que se configura como valorização docente e como esta contribui para a prática pedagógica na Educação Infantil? Esse estudo justifica-se em razão das inquietações e experiências da primeira autora, sobretudo, atuando como professora e coordenadora pedagógica na Educação Infantil, no que se refere à valorização profissional de professores da Educação Infantil.

A proposta dos *Indicadores de qualidade da Educação Infantil* indica o seguinte:

> Um dos fatores que mais influem na qualidade da educação é a qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças. Professoras bem formadas, com salários dignos, que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais – trabalhando em equipe, refletindo e procurando aprimorar

[1] Discente do curso de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA São Luís- MA polianeelima7@gmail.com
[2] Doutor em Educação, Docente da Universidade Estadual do Maranhão –UEMA; São Luís- MA, as.alves@ufma.br

> constantemente suas práticas – são fundamentais na construção de instituições de educação infantil de qualidade. (BRASIL, 2009, p. 54)

Considerando o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar o contexto histórico e as políticas públicas de valorização docente na Educação Infantil, bem como refletir acerca da valorização docente e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil.

Para empreender esse trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa e análise de dados bibliográficos, os quais foram acessados, por meio de leituras, como: Campos (2006), Locatelli e Vieira (2019) e outros; além de documentos oficiais, como: a Constituição Federal (1988), a LDBEN 9.394/1996, o PNE (2014-2024) (BRASIL, 1988, 1996, 2014), entre outros. que discorrem acerca do tema em estudo. Nessa perspectiva, o estudo abordado possibilitará reflexões teóricas e metodológicas sobre a valorização do trabalho docente na Educação Infantil, bem como, uma reflexão sobre impactos para o contexto da prática pedagógica. Ademais, contribuirá com o debate em torno da questão, servindo de base para futuros estudos.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi norteado pelos princípios da abordagem qualitativa de investigação científica. Segundo Godoy (1995, p. 21) “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Logo “[...] o estudo qualitativo pode ser conduzido através de diferentes caminhos.”

Para atingir os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste estudo, realizamos uma revisão bibliográfica, e nisso, os instrumentos utilizados na realização dessa pesquisa, foram: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado, pois, de acordo com Boccato (2006, p. 266), “[...] é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação”. Desse modo, o nosso estudo envolve a

obtenção de dados descritivos sobre elementos para compreender os impactos das políticas públicas de valorização do trabalho docente na prática pedagógica da Educação Infantil.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos em torno da valorização do trabalho docente nos permitem compreender que essa seria uma condição *sine qua non* para o pleno exercício da profissão. Compreendemos que essa valorização traz possibilidades, ampliando as condições para a efetivação de um processo de ensino de qualidade. Tal valorização possibilita construir saberes, refletir criticamente sobre suas práticas, espaços e condições de trabalho adequados à prática pedagógica na Educação Infantil.

Com a inserção da criança na legislação, como sujeito de direito, a partir da Constituição Federal de 1988, reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, conforme a Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990). Nessa mesma década, surgiram uma série de documentos voltados para melhorias de oferta no atendimento a essa etapa da Educação Básica. Nesse sentido, a valorização deste profissional da Educação Infantil é realçada, em 2006, quando o Ministério da Educação coordena a elaboração do documento: "Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação", no qual são definidos, entre outros, os objetivos de fortalecer a concepção de educação e cuidado, como aspectos indissociáveis e promover a melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil, além da necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar em creches e pré-escolas, como condição para a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2006). Diante desse contexto, em que a valorização docente influi na qualidade da educação, precisamos refletir os significados da qualidade da Educação Infantil.

Para a Educação Infantil, o cenário de qualidade começa a partir das proposições de estudos sobre as condições de oferta das instituições destinadas a atender crianças. Para Campos (2006, p. 89), os estudos revelaram as precárias condições dos prédios e equipamentos, falta de materiais pedagógicos, a baixa escolaridade e a falta de formação dos educadores. Esse contexto, marcado por precariedade e desvalorização dos educadores, certamente, acabou influenciando a redação das legislações, inserindo-os como prioridade nas políticas educacionais que articulam qualidade e valorização docente, além da Constituição Federal de

1988 (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a qual reafirma os princípios constitucionais.

O avanço acerca das concepções de infância tem corroborado novas exigências dos profissionais que atuam na Educação Infantil. De acordo com Locatelli e Vieira (2019), o direito da criança à educação está intrinsicamente ligado às políticas educativas que garantem boas condições de infraestrutura e profissionais qualificados, já que ambos contribuem para uma educação de qualidade.

Diante do exposto até aqui, podemos perceber que a oferta de uma Educação Infantil de qualidade está relacionada à valorização profissional, bem como às boas condições de trabalho para o funcionamento e a manutenção das escolas, para a formação inicial e continuada de qualidade, que possibilite construir saberes e refletir criticamente sobre suas práticas. Essas condições se configuram como pilares essenciais para o exercício e a melhoria da prática pedagógica na educação, e, em especial, na Educação Infantil.

## 4 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi discutir o contexto histórico e as políticas públicas de valorização docente no contexto da Educação Infantil, bem como refletir acerca da valorização docente e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil.

Nesse sentido, verificamos que estamos diante de questões antigas, ou seja, nas últimas décadas, muito se tem feito no campo das políticas públicas para a valorização docente. Porém, cabe destacar que, mesmo diante de lutas pela melhoria das condições de trabalho, é necessário um esforço conjunto dos entes estaduais, municipais e federais para que toda e qualquer política pública seja concretizada e precisa estar assegurada por recursos financeiros. A valorização docente está para além da remuneração. Ela se configura em boas condições de trabalho, de formação continuada, remuneração digna para que se promova uma educação de qualidade, não voltada para a lógica do mercado, mas sim, uma educação de qualidade que priorize o desenvolvimento integral da criança, na perspectiva de um ser reflexivo e autônomo.

Portanto, a partir das leituras realizadas, compreendemos que é necessário investir na valorização dos professores, para que eles tenham condições plenas de realizar um efetivo exercício da profissão, promovendo assim, uma educação de qualidade. Na Educação Infantil, a efetivação dos direitos das crianças a uma educação de qualidade, pressupõe que o Estado garanta condições de formação, respeitando os profissionais nos seus direitos à valorização

**Palavras-chave**: Políticas Públicas; Incentivo, Práticas Pedagógicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25 jun., 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAMPOS, M. M. A qualidade da Educação Infantil Brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p.87-128, jan./abr., 2006.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

LOCATELLI, A. S.; VIEIRA, L. F. Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 263-281, nov./dez., 2019.